



O Acesso da COPRAN Via Circuitos Curtos de Abastecimento nos Mercados Institucionais: Oportunidades, Desafios e Conquistas

COPRAN's Access to Short Supply Chains in Institutional Markets: Opportunities, Challenges and Achievements

PITALUGA, Christiane Marques¹; SCAGLIA, Ariel de Moraes¹; SPANHOL-FINOCCHIO, Caroline Pauletto¹, FAGUNDES, Mayra Batista Bittencourt¹.

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, christiane.pitaluga@ufms.br, arielscaglia@hotmail.com; caroline.spanhol@ufms.br; mayra.bitencourt@ufms.br.

Resumo: As políticas públicas de apoio à expansão da agricultura familiar vêm ao longo das décadas se fortalecendo, com destaque para a formação de ações coletivas em torno de cooperativas e associações. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi investigar a produção e a distribuição de gêneros alimentícios em Mato Grosso do Sul vinculadas a COPRAN para o abastecimento dos mercados institucionais. A metodologia está apoiada em pesquisas bibliográficas e de campo. A coleta de dados deu-se por meio de entrevista estruturada com o presidente da cooperativa. Os resultados apontaram que os desafios a serem transpostos pelo empreendimento são de grande envergadura, porém, foram também constatadas potencialidades no que se refere à comercialização e ao abastecimento aos mercados institucionais. Conclui-se que a comercialização com tais mercados oportuniza a geração de renda complementar o que contribui para a expansão das economias locais.

Palavras-chave: Alimentos, Produtores Rurais, Agricultura Familiar.

Abstract: The public policies to support the expansion of family agriculture have been strengthened over the decades, with emphasis on the formation of collective actions around cooperatives and associations. The aim of this study was to investigate the production and distribution of foods in Mato Grosso do Sul linked to COPRAN to institutional markets. The methodology is supported by bibliographical and field research. The data collection was made through a structured interview with the president of the cooperative. The results pointed out that the challenges to be transposed by the enterprise are of great scope, but also potentialities were verified regarding the commercialization and supply to the institutional markets. It is concluded that the commercialization with such markets allows the generation of complementary income, which contributes to the expansion of local economies.

Keywords: Food, Rural Producers, Family Farming.

Introdução

A agricultura familiar é um importante segmento para o agronegócio brasileiro. São aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, representando 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Destaca-se que 38% do valor bruto da produção agropecuária vem da agricultura familiar e o setor responde por sete em cada dez



postos de trabalho no campo (PLANO SAFRA DE AGRICULTURA FAMILIAR 2017/2020).

Considerando a representatividade do setor e as dificuldades de comercialização de sua produção, observou-se a mobilização, por parte do Governo Federal, na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além do PAA, foi criada em 16 de junho de 2009, a Lei nº 11.947 que determinou que, no mínimo, 30% do valor repassado a Estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deveriam ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (SED/MS 2016).

A compra institucional proveniente da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares. Nessa perspectiva, Silva e Silva (2011), defendem que a viabilidade desses novos mercados oportunizou a abertura de um canal para o nascimento de novos empreendimentos associativos, uma vez que ele proporciona uma segurança de comercialização de parte da produção, além de ter também linhas de crédito que podem ser usadas como capital de giro para a aquisição da produção de seus associados.

Desta forma, é nesse contexto que surge a necessidade de ampliação das discussões, reflexões e diálogos sobre o fortalecimento das cooperativas e associações e dos desafios a serem enfrentados para o atendimento dos mercados institucionais. Assim, o presente estudo se propõe a investigar, considerando os circuitos curtos agroalimentares, a produção e a distribuição de gêneros alimentícios da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN) no âmbito de Mato Grosso do Sul. Para tanto, a questão que norteia esta pesquisa consiste no seguinte questionamento: Quais as oportunidades, características e desafios da produção e distribuição da COPRAN no que se refere ao abastecimento dos mercados institucionais?

Para responder ao questionamento apresentado, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e de campo, em que se realizou uma entrevista com o presidente da cooperativa. No que tange a pesquisa bibliográfica, destaca-se a busca por mecanismos que levem a redução de custos e a novas estruturas de valorização de produtos, compondo, assim, estratégias que permitam o acesso e a expansão dos agricultores familiares e de empreendimentos em mercados diversos. E inserido nesse contexto, é que se destacam os circuitos curtos ou cadeias curtas de abastecimento, foco deste estudo, para atendimento dos mercados institucionais.



Circuitos Curtos de Abastecimento e o Mercado Institucional

Os circuitos curtos referem-se aos caminhos que conectam os produtos, do produtor até o consumidor, através da redução de barreiras e das distâncias físicas e sociais. Alguns autores, às vezes, desconsideram o fato de que esses circuitos curtos são parte integrante de novos mercados e construídos socialmente, justamente porque a redução de distâncias e o encurtamento desses ciclos é um processo de luta (GOODMAN; DUPUIS, 2002).

Os circuitos curtos têm sido observados em algumas cadeias agroalimentares, apresentando um conjunto específico de características (MIGLIORE, SCHIFANI, CEMBALO, 2015). Em sua maioria, as cadeias curtas se caracterizam por serem independentes e abarcam as cooperativas agrícolas de pequena e média produção e demais comunidades. Outros elementos têm sido apresentados para apontar as diferenças entre as cadeias longas e curtas de abastecimento alimentar, como por exemplo, a distância física entre consumidores e produtores; quantidade de intermediários, os agentes presentes ao longo da cadeia e a forma dos relacionamentos (redes e compartilhamento de informações entre os autores)(ILBERY; MAYE, 2005; HOLLOWAY *et al.*, 2006).

Segundo Portilho *et al.* (2011), a partir das mudanças do mundo contemporâneo, é preciso considerar a questão alimentar observando-se as conexões existentes entre produção, distribuição e consumo de alimentos. Com isso, Niederle (2011), explica que a economia convencional se identifica com a leitura cultural indicada por Appaduray (2008, p. 17), “para quem é a trajetória social das coisas que determina e transforma suas qualidades”. A qualidade associada à origem de um alimento não está apenas vinculada às suas características físicas, mas também aos aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos, estes que remetem a uma identificação social garantindo assim o reconhecimento do produto (NIEDERLE, 2011).

Ainda que se necessite de entendimento a respeito das cadeias agroalimentares curtas e uma nova compreensão e ressignificação da noção da qualidade atribuída, que segundo Niederle (2011), teve seu significado alterado com o passar dos anos. O referido autor reconhece que o crescimento acelerado de novos mercados revela uma demanda por produtos manufaturados, artesanais, tradicionais, orgânicos e agroecológicos para os quais as noções usuais de qualidade não fizeram mais sentido, reivindicando um novo conjunto de valores sociais como origem, saúde, forma de produção, igualdade social e costumes.

Todas essas mudanças exigiram um reposicionamento de diversas teorias com relação à qualidade percebida, que passa a ser concebida como o resultado de uma construção entre diferentes atores sociais: produtores, técnicos, intermediários e consumidores. A partir de então, a qualidade passa a agregar, além do aspecto territorial, todos os atributos que se referem as construções imateriais e subjetivas e,



principalmente, o entendimento de que a qualidade não é estática, podendo sofrer alterações a partir das dinâmicas sociais e também com o passar dos anos, ela é construída diferentemente através de cada geração (NIEDERLE, 2011).

Ainda no que tange as cadeias curtas, nota-se que existe agregação de valor na produção, sendo parte deste valor retido pelos agricultores. Essa característica pode contribuir também para o emprego local e crescimento econômico da região na qual o produtor está inserido (KIRWAN, 2004). Além disso, destaca-se o fortalecimento de relações sociais próximas entre produtores e consumidores de alimentos e a promoção de um modo mais sustentável de produção e consumo. Conforme destaca Holloway *et al.* (2006), os *local foods* dependem de uma organização coletiva e de relações sociais próximas entre produtores e consumidores.

No que tange ao acesso aos mercados institucionais pelos agricultores familiares, Silva e Silva (2011, p.90), alertam para o seguinte fato:

Em contrapartida, o acesso aos mercados institucionais para a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares provocou uma necessidade de reestruturação interna desses empreendimentos rurais. Trata-se de uma adequação técnico-gerencial às exigências de relações comerciais formais. Os processos de regularização tributária, sanitária e jurídica precisam ser estabelecidos à medida que o acesso ao mercado institucional exigir.

As reflexões propostas por Silva e Silva (2011), apontam que, embora os mercados institucionais proporcionem um canal de comercialização para os agricultores, faz-se necessário que as cooperativas, associações e demais empreendimentos procurem outros mecanismos de comercialização, considerando não ficarem “presos” às políticas. Assim, estimula-se a diversificação nos canais de distribuição e o fortalecimento de parcerias e de redes, com o objetivo de atingir a sustentabilidade do negócio e o desenvolvimento de capacidades próprias. Desta forma, as cadeias curtas de abastecimento de alimentos no que se refere ao conceito debatido na academia, exigem uma proximidade geográfica, atuação ativa do produtor e consumidor e também ter disponibilidade de informação a respeito do produto que está sendo comercializado (CANELLAS; ALVES, 2017).

Metodologia

Para a execução desta pesquisa, recorreu-se, inicialmente, a uma pesquisa bibliográfica, operacionalizada a partir da busca por referenciais teóricos, tanto na literatura nacional como internacional e na legislação vigente brasileira. Demais informações foram provenientes de publicações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que nos auxiliaram na compreensão teórica e metodológica para a realização deste trabalho.



Este estudo parte de uma pesquisa qualitativa, pois objetivou realizar análises mais profundas em relação ao objeto que está sendo estudado, com destaque para as particularidades e experiências individuais do empreendimento, neste caso, a COPRAN. A pesquisa qualitativa visa à compreensão de uma realidade específica ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto (GRESSLER, 2007).

Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e formais com o presidente da COPRAN, tendo em vista ser o profissional que faz a articulação entre os agricultores familiares, as escolas municipais, o Exército brasileiro – 9º Batalhão de Engenharia e Combate e o 20º Regimento de Cavalaria Blindado e demais órgãos públicos. Com o término da entrevista, a mesma foi transcrita, o que permitiu a compreensão da dinâmica de comercialização dos produtos, bem como a apresentação das potencialidades e fragilidades do processo. Algumas técnicas da análise de conteúdo foram utilizadas para análise e interpretação dos resultados.

Por fim, destaca-se que tanto a entrevista como a visita ao empreendimento foi realizada *in loco*, no segundo semestre de 2017, fatos estes entendidos como determinantes para o atendimento e alcance dos objetivos propostos.

Resultados e discussões

A Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN) tem sua sede no município de Anastácio/MS e foi fundada em 2005 a partir da união dos esforços de alguns agricultores familiares da região do Pulador, que produz mandioca e seu “carro chefe” a farinha de mandioca torrada. A Colônia do Pulador localiza-se na zona rural do município de Anastácio, cerca de 15 km distante da área urbana e atende todas as características da agricultura familiar no quesito produção, gestão, mão de obra e operacionalização.

A Cooperativa está vinculada a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), e tem, atualmente, cooperados em diversas partes do Estado. Seu eixo de atuação principal consiste em executar “uma ponte”, através do mecanismo das licitações públicas, entre Governo e cooperados. No início das suas atividades os cooperados comercializavam apenas com o mercado informal, e somente alguns atendiam os estabelecimentos comerciais da região de Anastácio-MS. Assim, a partir de um levantamento e de novos estudos de mercado que o atual Presidente da Cooperativa vislumbrou a oportunidade de unir os cooperados para a comercialização e abastecimento do mercado formal, pois até aquele momento eles não atendiam e entendiam as demandas dos chamados “mercados mais exigentes”.

De forma a corroborar com esse posicionamento, após a iniciativa do Governo Federal através no estabelecimento da Lei 11.947/2009, foram abertas novas portas,



tanto para a agricultura familiar como para o empreendedor familiar rural ou demais organizações no sentido do abastecimento ao mercado formal. Assim, diante deste novo contexto de distribuição e acesso a estes mercados, a COPRAN iniciou esse processo apenas com as escolas municipais de Anastácio-MS, tendo como motor propulsor o PNAE. Porém, com o acúmulo da experiência e dos anos, a Cooperativa avançou para os municípios de Aquidauana-MS, Miranda-MS e estendendo até o município de Nioaque-MS, que fica distante aproximadamente 100Km de Anastácio. Faz-se importante destacar a distância entre os municípios haja vista que o suporte logístico se configura ainda como um limitador de acesso a novos mercados.

A Cooperativa contava no ano de 2017 com uma diversidade de produtores cooperados, ou seja, ao longo dos anos promoveu-se uma abertura para que novos produtores de outros gêneros alimentícios pudessem se tornar cooperados, fato este que gerou um fortalecimento da Cooperativa e maior sinergia entre os produtores. Desta forma, destacam-se as produções de alface, tomate, salsa, cebolinha, cebola, mamão, banana, mel, entre outras frutas e legumes e alguns produtos processados, produzidos por cooperados da região de Anastácio, como farinha torrada de mandioca, pães da castanha do cumbaru, entre outros.

Já com relação à organização e demais questões de ordem administrativa e burocrática, na fase inicial da criação da COPRAN, era realizado um trabalho de conscientização, estabelecia-se um diálogo com produtores, apontando as vantagens de abastecer outros mercados e de comercializar via Cooperativa. Com o advento dos Programas criados pelo Governo Federal, a COPRAN realizava um estudo e avaliava os produtos e demais gêneros alimentícios para a participação em um processo licitatório, bem como reunia os produtos dos diversos cooperados. Tal ação se justificava considerando o fato de que muitos agricultores familiares da região não detinham um nível de instrução que lhes permitissem um conhecimento específico, ou seja, acerca das leis, licitações e dos Programas do Governo que favoreciam a realização das vendas institucionais. Esta falta de conhecimento resultava em uma baixa atuação em termos de comercialização, ou seja, os agricultores familiares locais executavam suas vendas e abasteciam somente as feiras e alguns estabelecimentos comerciais, como os pequenos supermercados.

No ano de 2017 a Cooperativa contava com aproximadamente 77 cooperados, e seu Presidente explicou que muitos desses cooperados também agem de maneira individual, ou seja, participam isoladamente das licitações públicas. Para o Presidente esse posicionamento não é visto como uma estratégia de “depredar” o mercado, pois é de conhecimento de todos que as Cooperativas possuem preferência nas licitações públicas. Este fato se traduz como uma vantagem competitiva para as cooperativas, fortalecendo ainda mais a relação com seus cooperados, estes que entendem que ser filiado proporciona novas e maiores oportunidades de comercialização.



Outra questão apontada refere-se às dificuldades para o abastecimento e atendimento aos variados mercados institucionais. A razão desta fragilidade reside no fato de que o nível de exigência para o acesso aos mercados formais é elevado, especialmente quando se faz referência ao padrão de qualidade e aparência dos gêneros alimentícios. A explicação para o não atingimento deste padrão está apoiada em questões estritamente técnicas, isto é, os agricultores familiares, em geral, não utilizam, em suas culturas, agrotóxicos ou outros defensivos agrícolas. Esse fato reflete na aparência e tamanho dos produtos, sobretudo dos hortifrúteis (que são diferentes dos produzidos convencionalmente), constituindo-se uma barreira para se comercializar nestes mercados.

Mesmo diante dessas barreiras, em 2017, a Cooperativa deu início ao atendimento também aos órgãos públicos federais. Assim, começou a abastecer o 9º Batalhão de Engenharia e Combate – Carlos Camisão localizado no município de Aquidauana-MS – considerando que no mínimo 30% dos recursos destinados a compra de alimentos devem ser direcionados para a compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Entretanto, mais uma vez as fragilidades se fizeram presentes, entre elas: a pequena oferta e variedade de produtos, exigências no que se refere ao padrão de qualidade e por fim, a existência de prazos exíguos para o abastecimento dos produtos junto ao Órgão Federal.

Cabe destacar, neste caso em específico, que o referido órgão não dispunha de um profissional habilitado na área de nutrição, o que impactou fortemente na elaboração dos cardápios e na construção de um cronograma de entrega dos produtos. As consequências da ausência de um profissional especializado traduziram-se na falta de planejamento relativo às quantidades demandadas, bem como na solicitação de produtos que não são produzidos pelos produtores locais, além do elevado rigor no quesito qualidade dos produtos.

Ainda sobre o processo descrito acima, não se pode deixar de se considerar a característica natural de perecibilidade dos gêneros alimentícios associada a ausência do uso de produtos que promovem o aumento do tempo de conservação dos alimentos. Na visão do Presidente da COPRAN, os produtores ainda não conseguem entender o que significa este “padrão de qualidade”, bem como as “novas exigências” oriundas do mercado. O Presidente evidenciou que “produzir e comercializar frutas é um processo complexo e exige rapidez nos processos logísticos, tendo em vista que os gêneros alimentícios são dotados de um alto grau de perecibilidade”.

Outra Instituição Federal que celebrou um contrato de comercialização e abastecimento com a Cooperativa foi o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Entretanto, o IFMS necessita de produtos já processados, como por exemplo o suco de laranja. Assim, nesse quesito, identificou-se um gargalo da produção, uma vez que tanto os cooperados quanto a COPRAN não oferecem tais



produtos, considerando a escassez de recursos de que dispõem. Desta forma, ficou evidente para o Presidente da COPRAN que um dos desafios a serem superados é a aquisição/disponibilidade de novas máquinas com o objetivo de agregar valor ao produto e abastecer novos mercados.

Sob a ótica dos recursos e demais aspectos financeiros, a COPRAN recebe incentivos da Prefeitura de Anastácio-MS no que se refere ao pagamento de suas despesas, como por exemplo, o pagamento do aluguel do prédio da Cooperativa é realizado pela Prefeitura Municipal. Esta, por sua vez, recebe como contrapartida alimentos, estes que são destinados ao atendimento da Secretaria de Assistência Social do Município. Quanto ao Governo Estadual, este forneceu um veículo utilitário para facilitar o transporte e distribuição dos produtos. Portanto, dada a articulação da Cooperativa, entende-se que ela se configura como uma importante parceira da Prefeitura no sentido de propiciar a inclusão social de muitos agricultores.

Já à luz dos circuitos curtos agroalimentares, a COPRAN desempenha um papel relevante para o abastecimento dos mercados institucionais, pois além de auxiliar os pequenos produtores a comercializarem seus produtos em quantidades superiores, também oportuniza a garantia de venda, conforme as chamadas públicas são lançadas. E a consequência deste processo é traduzida pelo fortalecimento, reconhecimento e apoio ao dinamismo nas práticas comerciais.

Conclusões

A realização deste estudo permitiu apresentar as conexões entre uma cooperativa e os mercados agroalimentares institucionais. Assim, ao se analisar as informações e demais dados coletados foi possível compreender que ocorreram diversos avanços e transformações no quesito acesso aos mercados institucionais via empreendimentos ligados à agricultura familiar.

No entanto, sob a ótica da gestão financeira, não obstante a COPRAN afirmar que tem o apoio do Governo do Estado e do Município, ainda coexistem atrasos e uma morosidade na efetivação dos pagamentos para os seus cooperados. A justificativa para tal situação reside no fato de que alguns contratos públicos demoram meses para adquirirem o “status” de regularizados, uma vez que os trâmites burocráticos são morosos e se fazem fortemente presentes na esfera governamental.

A presente investigação propicia a abertura de novos diálogos e reflexões sobre o tema, uma vez que traz a tona uma temática não somente atual como também de grande relevância, especialmente para os produtores locais. Faz-se oportuno ratificar que estes negócios agroalimentares como a COPRAN, são significativamente responsáveis por alavancar e dinamizar as pequenas economias



do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial às que se encontram em fase de fortalecimento e de expansão das suas atividades.

Sugere-se que sejam feitos estudos alicerçados em como as cooperativas, associações e outros empreendimentos estão atuando para vencer os desafios impostos por um mercado cada vez mais exigente no que se refere a prazos e atributos de qualidade e saudabilidade dos alimentos. Outra forma de atuação da COPRAN consiste na comercialização de seus produtos em uma feira agroecológica no município de Anastácio. Contudo, entende-se como oportunas investigações que avaliem os impactos socioeconômicos provenientes das parcerias com órgãos públicos e que se aprofunde a análise sobre as responsabilidades do Estado no que tange a produção de alimentos no país, não se furtando de referenciar a qualidade nutricional dos alimentos, os mecanismos de segurança alimentar, a soberania, o papel dos agricultores familiares como agentes propulsores de transformações no campo e por fim a atuação das cooperativas e associações na promoção da expansão da renda e dos dinamismos locais.

Referências bibliográficas

APPADURAY, A. (Org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Ed. UFF, 2008.

CANELLAS, J. M.; ALVES, C. E.S. Caracterização das cadeias curtas de abastecimento de alimentos. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.25; 2017.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 42, n. 1, p. 5-22. 2002.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

HOLLOWAY L., C. R.; VENN, L.; KNEAFSEY, M.; DOWLER, E.; TUOMAINEN, H. Managing sustainable farmed landscape through 'alternative' food networks: A case study from Italy. **Geographical Journal** v. 172, n. 3, p. 219-229, 2006.

ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. **Land Use Policy**, v. 22, n. 4, p.331-344, 2005.



KIRWAN, J. Alternative strategies in the UK agro-foodsystem: Interrogating the alterity of farmers' markets. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 395–415, 2004.

MIGLIORE, G.; SCHIFANI, G.; CEMBALO, L. Opening the black box of food quality in the short supply chain: Effects of conventions of quality on consumer choice. **Food Quality and Preference**, v. 39, p. 141-146, 2015.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade:** projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2017-2020: **Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil.** Secretaria Especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. Casa Civil. Governo Federal. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf. Acesso em: 05 fev. 2018.

PORTILHO, F; CASTANEDA, M; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 1, p. 99-106, 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (**SED/MS**). Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/alimentacao-escolar/> Acesso em: 15 ago 2017.

SILVA, M.; SILVA, S. **Para além do acesso:** uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, ano 16, n. 49, p. 87-93, nov. 2011.